



POVOS INDÍGENAS, PRÁTICAS CULTURAIS E EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS POSTOS PELA PRESENÇA INDÍGENA

Não é possível entender as estratégias e performances indígenas ignorando as interações que mantêm com os contextos reais em que vivem – ou seja, as relações interétnicas na escala local, a inserção dentro de um Estado-Nação, bem como as redes e fluxos transnacionais.

João Pacheco de Oliveira (2016)

A presente coletânea traz um conjunto de reflexões que fazem pensar sobre os lugares ocupados pelos povos indígenas na educação, na história, nas leis, nos processos de construção de identidades nacionais e de mobilização política. De uma maneira geral, estas reflexões são balizadas pelas ideias de interculturalidade, de descolonização, de resistência, de autoria, de construção do protagonismo e da autonomia dos povos indígenas, da luta e da conquista do direito à diferença e ao reconhecimento de suas especificidades em contraposição à monoculturalidade e à colonialidade do conhecimento e do poder, aos processos de homogeneização, integração, assimilação e exclusão.

A presença indígena e suas implicações podem ser entendidas, desse modo, como o fio condutor dos textos reunidos neste dossiê, que busca jogar luz sobre problemas e desafios ligados aos modos pelos quais os povos indígenas têm sido definidos e representados no passado e no presente, apontando ainda para a maneira como se constroem e se posicionam as perspectivas indígenas de educação, de sociedade, de seus projetos de vida e de mundo, informadas pelas cosmovisões, eticidades, moralidades e situações interétnicas.

Reflexões como estas são oportunas diante de cenários quase sempre adversos aos povos indígenas, primeiro por desafiar as teses históricas do seu desaparecimento, além de recolocá-los no centro de debates sobre a necessidade de se recriar processos de produção do conhecimento, das práticas educativas e culturais, de reinvenção do Estado e suas instituições, de reconstrução da memória nacional, de construção de outros modos de ser e estar no mundo.

A existência e a resistência dos povos indígenas têm motivado e inspirado iniciativas de se reescrever a história, de reconstruir o passado, de pensar novas possibilidades de futuro, trazendo-os como protagonistas e sujeitos ativos na cena pública. Todavia, o reconhecimento das identidades, dos direitos e da contemporaneidade das sociodiversidades indígenas ainda se apresentam como uma novidade, seja nos cenários acadêmicos ou políticos

A presença indígena nas universidades, nos órgãos e instâncias governamentais, nos espaços de deliberação colegiada como conselhos, fóruns e assembleias põe em evidência a sua atualidade e a sua diversidade, desafiando os pressupostos das representações clássicas de um índio genérico, preso ao passado.

É este indígena contemporâneo, sujeito de direitos, ator político que se faz presente na cena pública, agente ativo na construção de suas próprias perspectivas de mundo e de sociedade que, de algum modo, motivou a produção da maioria dos textos aqui reunidos. Vale ressaltar, neste sentido, que são reflexões produzidas por pesquisadores indígenas e não indígenas comprometidos com o tratamento da questão indígena em suas respectivas áreas de atuação.

Nos diferentes olhares lançados sobre a questão, surge como denominador comum as formas de interação entre indígenas e atores e forças sociais de diferentes escalas e temporalidades. Os textos podem ser situados, então, no horizonte traçado por uma antropologia do colonialismo, que vem se constituindo em objeto de atenção entre diversos cientistas sociais, preocupados com as relações entre situações coloniais de poder e a diversidade étnico-racial¹.

É sugestivo para se pensar os lugares que os indígenas vêm ocupando em uma expressão do exercício do protagonismo que este volume seja apresentado por uma indígena e se inicie o conjunto de textos com as reflexões de um importante intelectual e liderança indígena.

Assim, em “Educação e povos indígenas no limiar do século XXI: debates e práticas interculturais”, Gersem Baniwa faz um convite à reflexão sobre os desafios ligados à especificidade, diferenciação e interculturalidade da educação escolar indígena, chamando a atenção para a necessidade de apropriação da escola e da universidade pelos indígenas. Para tanto, é preciso vencer os limites da cultura e do pensamento coloniais, por meio de uma formação crítico-prática, transformadora e revolucionária, capaz de “concretizar a utopia da escola indígena verdadeiramente própria e intercultural”. Ganham destaque neste texto as políticas de educação superior voltadas para os povos indígenas, principalmente a partir do movimento surgido em torno da iniciativa que visa criar uma universidade indígena. Discutindo aspectos conceituais e práticos da educação escolar indígena e das políticas

¹ Este é o caso, por exemplo, do antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, que tem procurado construir suas produções acadêmicas no diálogo da antropologia com a perspectiva historiográfica, tendo seu último livro, “O nascimento do Brasil e outros ensaios: ‘pacificação’, regime tutelar e formação de alteridades”, recebido o Prêmio de melhor Obra Científica em Ciências Sociais da Anpocs no ano de 2017.

públicas de educação superior, Gersem Baniwa propõe que a universidade indígena tenha como protagonista os próprios indígenas e opere por meio da lógica da complementariedade, da organicidade e da interculturalidade.

O artigo de Edson Silva, “A temática indígena e o ensino: reflexões históricas e antropológicas”, coloca em primeiro plano a questão das representações e narrativas sobre os indígenas na história, na escola e na universidade. Semelhante ao artigo de Gersem Baniwa, neste também é chamada a atenção para a necessidade de se desconstruir visões eurocêntricas, colonialistas e evolucionistas que têm retratado os povos indígenas como “primitivos, desaparecidos ou vítimas impotentes em extinção”. Em contraposição, a conquista e a ocupação de espaços sociopolíticos pelos indígenas têm demandado a reformulação destas visões, dando surgimento a respostas do Estado como, por exemplo, a Lei 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas nas escolas públicas e privadas de educação básica. Dessa maneira é apresentada uma potencial ferramenta para se superar o desconhecimento e o preconceito correntes no senso comum contra os povos indígenas.

Antonio Dari Ramos, com o texto “A resistência e a autoria como chaves de leitura para a Educação Escolar Indígena diferenciada e descolonizadora”, reflete, sobretudo a partir da experiência da Licenciatura Teko Arandu dos Guarani e Kaiowá, realizada na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sobre as especificidades da educação escolar indígena. A autoria e a resistência (física, étnica, cultural, epistemológica, sociológica, utópica, de classe, política e linguística) são apontadas como os dois elementos constituintes dessa especificidade, sendo ainda interpretadas como indispensáveis para se pensar e construir a descolonização e a interculturalidade dos processos de escolarização de indígenas. Os 37 sinais da diferença da educação escolar indígena apresentados são compreendidos como estratégias principais na luta contra a colonialidade e o cientismo do conhecimento ocidental e de suas instituições.

Abordando as perspectivas éticas indígenas na construção de seus projetos de vida, Saulo Ferreira Feitosa contrapõe as diferentes moralidades e modos de viver de povos localizados nos continentes africano, asiático e americano à colonialidade do mundo capitalista ocidental. As éticas ambientais indígenas ou etnobilógicas e o paradigma do bem viver, construídos a partir das experiências práticas da vida em comunidade dos povos indígenas, se apresentam como propostas de mudança radical nas relações entre os seres

humanos e a natureza. Como alternativas ao modelo de vida e de sociedade capitalistas se colocam valores como os da coletividade, hospitalidade, reciprocidade e partilha de bens e de poder. Tais valores se filiam às reflexões de uma interculturalidade crítica que se propõe transformadora.

Os problemas relacionados à colonialidade do poder e à monoculturalidade dos processos de formação dos Estados-nação latino-americanos são discutidos no texto “Constituições, Estados e Povos Indígenas na América Latina”, de Rosane Freire Lacerda. A pretensão monocultural e homogênea destes Estados-nação caracterizam a história do constitucionalismo da região nos séculos XIX e XX que serviram de fundamento ideológico na construção das situações históricas de subalternidade indígena. Desse modo, na história de formação destes Estados, as relações coloniais de poder exercidas sobre os povos indígenas são perpassadas por situações de espoliação territorial, exploração econômica e invisibilidade epistêmicas. Do ocultamento das identidades indígenas no século XIX ao reconhecimento constitucional dos povos, acompanhado das políticas de assimilação e de integração, no século XX, os diferentes grupos étnicos têm sido excluídos das condições de exercício da cidadania.

A cultura e o consumo de uma comunidade Guarani-Ñandeva do Chaco central paraguaio é o tema do relato etnográfico trazido para esta coletânea por Jean-Pierre Estival. Neste relato é apresentado um pouco da etnohistória e dos processos produtivos dos Ñandeva situados no Barrio San Lázaro de Santa Teresita. Instalado neste local há 50 anos, este grupo guarani teve a sua economia e alimentação tradicionais modificados, com o declínio progressivo das atividades de agricultura e pecuária. O consumo, no entanto, permanece obedecendo “aos princípios igualitários que permitem a cada pessoa o acesso à comida e, ao mesmo tempo, impedem que se acumulem alimentos nas mãos de certos indivíduos”.

Na contribuição de Kelly Oliveira ao presente volume são apresentados alguns apontamentos básicos sobre o movimento indígena no Brasil. A autora discorre sobre os marcos históricos do movimento e a sua inserção no campo do indigenismo nacional. Descreve as estratégias dos diferentes personagens na formação do movimento indígena, estabelecido na década de 1970, situando também este movimento no âmbito dos demais movimentos sociais surgidos no período da ditadura militar. Além do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) como personagens desta história, dá destaque às assembleias indígenas

como espaços de produção do protagonismo indígena, fazendo surgir a figura da liderança indígena, importante neste cenário. Fala ainda sobre a importância do movimento e destas lideranças na elaboração da Constituição de 1988, que reconheceu os povos indígenas como sujeitos de direito. O crescimento das organizações indígenas e de seus apoiadores na década de 1990 e o movimento indígena no Nordeste são temas desta apresentação.

O tratamento da temática indígena na escola é o mote para o texto de Maria da Penha da Silva, Conceição Nóbrega e Sandro Guimarães de Salles, que pretende mostrar quais são as representações dos povos indígenas no livro didático utilizado nas escolas da rede pública do município de Pesqueira, no estado de Pernambuco. Desse modo, “Enunciados e imagens sobre indígenas no livro didático: uma análise do livro História Pernambuco” faz alusão às narrativas e às imagens trazidas no livro que reproduzem estereótipos, preconceitos e desconhecimentos das histórias dos povos indígenas, inclusive os da região em que se situou a pesquisa. Os indígenas são apresentados de maneira genérica, em conformidade com a ideologia nacional da mestiçagem, consagrada por Gilberto Freyre, situados num tempo pretérito e desprovidos de intencionalidade histórica e cultural.

No desdobramento destas questões, João Domingos Pinheiro Filho e Edson Silva refletem sobre os desafios enfrentados para a efetiva implementação da Lei nº 11.645, que determinou o ensino da história e cultura dos povos indígenas na Educação Básica. Buscam problematizar as proposições jurídicas que se apresentam como instrumentos de normatização do cotidiano escolar em face das persistências das visões e concepções estereotipadas e preconceituosas que expressam o racismo institucional renitente nas práticas educativas e mesmo nos planejamentos da política educacional. Neste debate, os autores chamam a atenção para os desafios impostos à academia, às redes de ensino e ao modelo de organização curricular das escolas e universidades.

Por fim, convido o(a) leitor(a) a refletir criticamente, juntamente com os diversos autores aqui reunidos, sobre as presenças indígenas, suas agências, participações e estratégias na luta por reconhecimentos e direitos diferenciados. O reexame das formas pelas quais os povos indígenas são definidos e representados nos currículos escolares, nas leis, nos imaginários nacionais e locais, bem como nas relações de poder instituídas global ou localmente é um primeiro passo na construção de novos pressupostos epistemológicos e políticos de construção e entendimento da educação, cultura e história dos povos indígenas.

Boa leitura!

Rita Potyguara, Povo Potiguar/Crateús/CE